

Os mais pobres pagam os impostos dos mais ricos

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

A Economia não é ciência que tolere verdades imperfeitas. É certo que muitos economistas insistem em torná-las verdades absolutas, com o que, no tempo, se transformam em desajeitados explicadores dos fracassos próprios, sem perceberem que são os autores e não as vítimas das circunstâncias.

A jurídica teoria da imprevisão não foi criada para justificar os economistas ideológicos ou fisiológicos, mas é a consequência da sua falta de percepção da realidade.

No Brasil, qualquer aluno de colégio ou de qualquer faculdade voltada às ciências sociais sabe que a inflação é apenas governamental. Todas as demais formas são decorrentes. O déficit público existe porque o governo gasta mal, gasta demais e não tem a coragem de enfrentar os tabus criados pelos políticos, verdadeiras vacas sagradas indianas, como o empreguismo despuído, a estatização corrosiva e os projetos deletérios para construção das inúteis pirâmides da fantasia oficial.

Acontece que a manutenção de uma enorme e inútil máquina administrativa gera poder. A construção de uma ineficiente e desorganizada estatização oferta força política. A formulação de projetos, necessariamente mais onerosos do que os da administração privada, oferece cam-

po de receita adicional, muitas vezes de declaração impossível.

Em outras palavras, o déficit público apenas existe para atender a força política dos que detêm o poder e não para o bem da comunidade.

Se os detentores do poder não pretendessem utilizar-se do Estado para seus pessoais designios políticos, as finanças públicas poderiam ser administradas racionalmente, fazendo o Estado o que sabe fazer (administração de justiça, segurança interna e externa, saúde, educação, previdência social e repressão ao abuso do poder econômico) e deixando de fazer o que não sabe fazer, que é ser empresário.

Como, todavia, a quem detém o poder o que interessa é o poder, são atuais os versos de Rotrou ao dizer: "Tous les crimes sont beaux, dont un trône est le prix".

Esta é a razão pela qual, no Brasil, nunca o déficit público é combatido pelo lado da redução de despesas, que representa deixar em mãos do cidadão mais recursos para agilizar a economia, porém pelo lado — pouco racional mas eminentemente político — da transferência de recursos dos segmentos úteis e produtivos da nação para os menos úteis, ou inteiramente inúteis enquistados no governo.

Infelizmente o ministro Bresser

Pereira, após um discurso de austeridade, em sua posse, curvou-se, no plano macroeconômico, à mentalidade palaciana e após o festival de nomeações e promoções dos meses anteriores, pretende que o combate ao déficit público se faça, também uma vez mais, pela transferência de recursos da classe que produz para aquela classe que produz pouco ou não produz, ou seja, da classe não ociosa dos cidadãos para a nova classe ociosa dos detentores do poder.

A tese, entretanto, é falsa na medida em que considera que os mais ricos devem suportar mais impostos, tese defasada, há muito tempo, nos países desenvolvidos, que percebem serem os mais ricos aqueles que promovem maior desenvolvimento, empregos, evitando a recessão e até auxiliando o combate à inflação, quando os governos não teimam em alimentá-la.

Desta forma, o que pretendem o presidente Sarney e o ministro Bresser Pereira é retirar dos setores privados de maior capacidade os recursos que, se não confiscados pelo governo, poderiam aplicar melhor no gerar progresso e evolução da economia, mas que, em mãos do governo, em face da sua indisciplina administrativa e fisiologismo político, gerarão mais inflação porque

relaxarão os controles internos da administração de uma máquina que é caótica e, hoje, parasitária do povo brasileiro.

Ora, os tributos incidentes sobre os mais ricos, que terminam por fazê-los menos ricos, não retorna ao povo em desenvolvimento econômico, mas em mais inflação, pela velocidade de circulação da moeda que volta ao mercado e pelo acréscimo do custo financeiro que os mais ricos terão que suportar para continuarem a manter seus empreendimentos, em face de se lhes ter sido retirada, em impostos, sua capacidade de reinvestimento.

Os pobres terminam por pagar os impostos sobre os mais ricos, que geram mais ineficiência governamental, menos empregos, menor desenvolvimento e inflação maior, posto que o aumento de tributos apenas se justifica na inflação de demanda e se o dinheiro retirado de circulação for esterilizado nas "burras" oficiais.

A meia verdade do ministro Bresser Pereira, na realidade brasileira, esconde uma notória inverdade, posto que se imposto maior houver sobre os mais ricos, aqueles que o pagarão serão os mais pobres.